

ACTA 3/2010

*Apresentado em reunião
com o white favour
do PSD-26 PS-7 e DS-2
CDU-T-DE-T e 1/2 abstenção
2-PS, 1-PSD e 1 CDU*

30/9/2010

-- Aos trinta dias de Junho do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Tomada de Posição do Relatório n.º 4/2010 – 2.ª secção – Tribunal de Contas, ao abrigo da alínea i), do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual; 3) Alteração dos Estatutos da AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos; 4) Projecto de Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Mafra – CROAMM; 5) Taxa Municipal Aplicável aos Operadores das Redes Municipais de Gás; 6) Relatório de Contas de 2009 das seguintes empresas: Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM, SA; Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA; Giatul – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; Amagás – Associação de Municípios para o Gás; Matadouro Regional de Mafra, SA; Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada; Amtres – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos; Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água – Amega; 7) Modificação aos Documentos Previsionais – 2.ª Revisão; 8) Estatutos da Associação Música – Educação e Cultura (AMEC). -----

-- Passavam dezassete minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foram pedidas as substituições da Senhora Dona Maria Lúcia Carvalho pela Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves, do Senhor Mário Pereira pelo Senhor Renato Santos, da Senhora Dona Paula Borges pela Senhora Dona Daniela Costa, do Senhor Domingos Janota pela Senhora Dona Célia Vicente, do Senhor Joaquim Ribas da Costa pelo Senhor Vítor Gomes e do Senhor Vítor Rodrigues pelo Senhor Vítor Costa. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou ainda que é normal que no período de antes da Ordem do Dia que a acta relativa à sessão anterior seja colocada à votação, mas a mesma não foi concluída por problemas de ordem técnica. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**. -----

-- Interveio a Senhora Dona Licínia Quitério, que passou a ler um texto a propósito da morte de José Saramago. O referido texto anexa-se a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Alves Pardal disse que "as obras de requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra já estão em marcha, com um projecto ambicioso. Segundo o que vimos e foi anunciado, estas obras relacionam-se com a candidatura deste monumento a Património Mundial da UNESCO, facto com o qual nós nos congratulamos. No entanto, esta vila tem vida económica, social e residencial própria. As obras que estão a ser realizadas, sem haver estacionamento alternativo, afectam, gravemente, os interesses da população, a nível económico, através do comércio, a nível pessoal e das acessibilidades. Assim, não queria deixar de expressar aqui a tomada de posição do Grupo Municipal do CDS/PP de que a realização destas obras, de acordo com o que foi difundido pela Câmara Municipal, tem como pressuposto essencial a existência de estacionamento alternativo. Temos dúvidas que neste momento isso esteja assegurado. Sabemos que existe o estacionamento subterrâneo do Largo do Pelourinho, mas, no nosso ponto de vista, este não é acessível. Queria vincar bem a nossa posição de que a realização das obras, a dificuldade de acesso ao estacionamento, tem como contrapartida

essencial, o estacionamento alternativo. Isso tem a ver com a criação de lugares de estacionamento e com a atribuição de cartões de residente porque, senão, estamos a defraudar, inclusive, o acesso dos residentes à sua habitação. De qualquer forma, não podemos tomar decisões que não sejam bem fundamentadas e constatamos que muitas das deliberações que foram tomadas foram no mandato anterior, no qual o CDS não integrava esta Assembleia Municipal. Como não temos os elementos todos ao nosso dispor, ao abrigo do regulamento da Assembleia, iremos entregar um requerimento ao Senhor Presidente da Assembleia, para que o faça chegar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de serem facultados diversos elementos que têm a ver com o Plano Estratégico de Mobilidade da Vila de Mafra, o Plano Estratégico de Turismo para o Concelho de Mafra e o estudo para a mobilidade." Anexa-se a esta acta o referido requerimento, com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- O Senhor Renato Santos interveio para dizer que "venho hoje aqui explicar o processo que a JS de Mafra tem desenvolvido nos últimos tempos. Muitos de vós já foram abordados para assinar uma petição, que visa a criação de uma pousada da juventude no Concelho. Esta ideia, a alguns poderá parecer um pouco descabida, mas, no nosso ponto de vista, não é. A Câmara Municipal apresentou, e bem, há pouco tempo um projecto que preconizava melhorar o turismo na terceira idade. A criação de uma pousada da juventude irá combater a desertificação que se nota na Ericeira durante o Inverno. O Concelho tem de ser colocado no roteiro do turismo jovem, assumindo-se a pousada como algo essencial. Dos diferentes tipos de pousadas existentes, Mafra enquadra-se em quatro: praia, cultura, natureza e aventura, ou seja, a costa da Ericeira, o Convento de Mafra e a Tapada de Mafra. As pousadas mais próximas são as da Lourinhã e Oeiras. Como tal, nós teríamos oportunidade de abranger o turismo em Santa Cruz ou quem visita Sintra. Temos uma questão para colocar ao Senhor Presidente: haverá interesse em construir esta pousada? Quando tivermos cinco mil assinaturas iremos requerer uma reunião com o Vereador com o pelouro do Turismo. Temos informações de que a Secretaria de Estado da Juventude tem interesse na construção desta pousada." -----

-- O Senhor Filipe Infante referiu que "quero deixar um breve apontamento sobre a visita ao Ecoparque da Abrunheira. A visita decorreu no passado dia dezassete, a convite do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a quem, desde já, agradeço o convite e felicito pela iniciativa. Fiquei agradavelmente surpreendido com o que vi, encontrámos uma unidade industrial moderna, à semelhança do exemplo de Paris. Foi uma apresentação que permitiu aos presentes clarificar e dissipar todas as dúvidas. O que encontrámos foi uma fábrica, onde entra uma matéria-prima sem valor e que com a ajuda da tecnologia de ponta que está lá instalada e dos cento e quarenta novos postos de trabalho é transformada em vinte mil toneladas/ano de composto para fertilizar os nossos terrenos e dezoito gigawatts/ano de energia para enviar para a rede. Em suma, o que encontrámos foi modernidade e desenvolvimento para o nosso Concelho." -----

-- Interveio o Senhor Manuel Pimenta para dizer que "vou também reportar a visita que a delegação da Assembleia Municipal fez ao Ecoparque da Abrunheira, mas tenho uma leitura bem diferente da do colega anterior. O PS de Mafra, na Vereação ou na Assembleia Municipal, teve, ao longo dos anos, relativamente ao processo de construção do Ecoparque, uma posição muito clara na defesa do Ambiente e das condições de vida dos munícipes, designadamente das populações que vivem na proximidade da Abrunheira. Expressamos sempre a nossa oposição em relação à localização do Ecoparque na Abrunheira, dada a proximidade relativamente aos grandes e médios agregados populacionais, nomeadamente Mafra, Malveira, Igreja Nova e Alcainça, face ao risco e aos problemas ambientais associados aos equipamentos e sistemas, pese embora as garantias explicitadas nesta Assembleia por parte do Executivo Municipal e da Tratolixo e mesmo de consultores ligados à QUERCUS. No passado dia dezassete de Junho, uma delegação da Assembleia Municipal foi convidada para fazer uma visita às obras de construção do Ecoparque, aproximadamente um mês antes de se iniciar o período de teste aos equipamentos

que decorrerão ao longo de seis meses. Nessa visita, fomos gentilmente recebidos pela Administração da Tratolixo, na pessoa do seu Presidente Doutor Domingos Saraiva, que procedeu à apresentação do projecto e se dispôs a esclarecer quaisquer dúvidas colocadas pelos presentes e também pelo administrador Doutor Luís Realista e diversos técnicos associados ao projecto. Na ocasião, foram-nos prestadas informações relevantes, nomeadamente pelo seu Presidente, algumas das quais constituíram para nós surpresas que vieram reforçar preocupações que, desde sempre, havíamos mantido relativamente ao projecto. Existem três aspectos essenciais associados às referidas surpresas, a saber: a profunda alteração do projecto inicial, onde o tratamento de resíduos sólidos urbanos passou a ser, com as suas cento e sessenta mil toneladas/ano, a componente relevante do projecto; a grande possibilidade que o projecto não esteja isento de cheiros; e a previsão de grande movimentação de viaturas pesadas que afectarão as vias de acesso directo ao Ecoparque e às diversas outras vias do Concelho. Com efeito, a primeira surpresa expressa pelo Presidente do Conselho de Administração da Tratolixo, que se pautou, aliás, por uma grande transparência na sua intervenção, foi o reconhecimento de que o projecto apresentado sofreu profundas alterações, substituindo Trajouce ainda que utilizando um processo tecnológico que dará maiores garantias ambientais, no que respeita tanto aos cheiros e infiltração nos solos, como ao tratamento de resíduos sólidos urbanos, com a Abrunheira a assegurar o tratamento de quarenta por cento do total dos resíduos produzidos nos concelhos de Mafra, Cascais, Oeiras e Sintra. Deste modo, confirma-se que Mafra, que só produz dez por cento do lixo junto dos quatro municípios, vai ficar com mais de trinta por cento vindo dos outros concelhos, ou seja, os nossos vizinhos já resolveram parte dos problemas de recolha dos seus resíduos sólidos urbanos. Por outro lado, o Doutor Saraiva teve oportunidade de dizer, preto no branco, que a Tratolixo não podia garantir que a actividade do Ecoparque, que era como qualquer outra actividade industrial, pese embora ser desenvolvido no sentido de minimizar o risco, não viesse a libertar para a atmosfera cheiros, tanto mais que existiam factores como os ventos, as características climáticas locais e outras que podem condicionar estas situações - odores provocados pela sua actividade classificada de industrial. O terceiro aspecto constitui, desde sempre, uma nossa preocupação que é o impacto sobre o tráfego concelhio e sobre a estrutura rodoviária resultante da movimentação de viaturas pesadas de elevadas tonelagens nas vias de acesso do Concelho. Obviamente que vou também mencionar aqui o aspecto positivo que é o saldo energético muito favorável, tendo em conta que a produção energética em excesso é vendida à rede da EDP e, como tal, uma fonte de receitas. Por isso não há uma visão sectária, ou seja, dos aspectos negativos que mencionei também não deixei de realçar o aspecto positivo, Como corolário, o PS Mafra continua convicto de que o tempo se encarregará de esclarecer a situação e de confirmar as razões das nossas preocupações. Esperamos que as nossas preocupações, reforçadas pelo reconhecimento de que o projecto não está isento de odores, não se venham a transformar em realidades para as populações das freguesias de Mafra, Malveira, Igreja Nova e Alcança, que poderão verificar que se viram envolvidos num engano que afectou para o futuro, e de forma decisiva, a sua qualidade de vida." -----

-- A Senhora Dona Isilda Pegado referiu que "gostaria de trazer aqui três aspectos ao vosso conhecimento. Em primeiro lugar, é a questão da segurança na Ericeira. Muitos são aqueles que estão preocupados com a segurança na Ericeira. Digo isto em relação a comerciantes, a famílias e a quem vive naquela vila, mas também o digo por informações que tenho de meios judiciais. Hoje dentro da circunscrição judiciária, Grande Lisboa - Noroeste que abrange as comarcas de Amadora, Sintra e Mafra, a Ericeira é uma das freguesias mais preocupantes em termos de criminalidade. O poder político pode alertar para esta situação. Aproxima-se o Verão, parece-nos que a GNR, que durante anos tinha prometidas instalações condignas para aquela vila, continua em situação precária e portanto esta é uma realidade que cabe a todos pensar dentro daquilo que é possível fazer, estando em causa a segurança de pessoas e bens. Segundo aspecto é o Festival Sumol Summer

Fest, que decorreu no último fim-de-semana na Ericeira, que cabe aqui ressaltar por três aspectos que me parecem bastante relevantes: o afluxo de gente que trouxe à vila e ao Concelho, com o seu colorido; a alegria que se viveu nas próprias ruas da Ericeira, contida e sem grandes exageros, salientando aqui a segurança que pôde ser vivida neste acontecimento; e o facto de ser uma iniciativa que gera riqueza. Por fim, cabe também realçar o que é feito pela sociedade, gostava de falar no pão de Mafra. Este leva o nome de Mafra aos sete cantos do país, traz ao conhecimento de milhares de pessoas o que é a palavra Mafra e não resulta de uma estratégia política, de um decreto, mas resultou de uma necessidade. A necessidade que famílias modestas tiveram de encontrar trabalho, produzir, por isso criaram uma realidade que, economicamente, hoje tem um valor dentro do nosso Concelho, uma realidade que se sobrepõe e que já é um património de Mafra. Parece-me que nós, habitantes e naturais de Mafra, tantas vezes esquecemos. Devemos pensar em formas de promover e dignificar este património." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Aníbal Ferra disse que "em nome do Bloco de Esquerda, trago duas recomendações para serem votadas nesta Assembleia, relacionadas com as acessibilidades no troço da EN duzentos e quarenta e sete, que atravessa a Carvoeira, e a Estrada Nacional cento e dezasseis, troço Ericeira - Mafra." Anexam-se estas recomendações à acta com a designação de ANEXO TRÊS e ANEXO QUATRO. Continuou a sua intervenção dizendo que "atendendo às reduções do orçamento da Câmara, o Bloco de Esquerda apresenta uma moção referente aos cortes no financiamento das Autarquias ao abrigo do Programa de Estabilidade e Crescimento." Anexa-se a referida moção com a designação de ANEXO CINCO. -----

-- O Senhor Daniel Marchante interveio para dizer que "em complemento da intervenção que aqui foi feita pelo meu colega de bancada Manuel Pimenta sobre o Ecoparque e, sobretudo, como morador da freguesia de Alcaínha há longos anos, venho apresentar esta declaração escrita que irei assinar e que solicito que fique em acta desta Assembleia ou em anexo à mesma." Anexa-se a declaração a esta acta com a designação de ANEXO SEIS. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "enquanto representante desta Assembleia na comissão de acompanhamento, refiro o trabalho de monitorização que está a ser realizado. A minimização destes riscos constitui um ponto fundamental." -----

-- No uso da palavra, o Senhor António Branco referiu que "a minha intervenção prende-se com a vontade de deixar manifesto o sentimento que todos sentimos acerca do falecimento de Saramago. Sobre a declaração que foi aqui lida na Assembleia, gostaria de perceber se é uma moção o que foi aqui apresentado. Sobre a homenagem, gostaria de relembrar que, durante o anterior mandato, foi votado por unanimidade a atribuição de uma medalha de mérito ao escritor, mas acho que esta não foi entregue. Acho que valia a pena fazer chegar, da parte do Município, esta manifestação não a José Saramago, mas à sua mulher e familiares." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que "venho aqui falar de alguns acontecimentos que foram aqui realçados. Uma delas prende-se com o facto de dois alunos da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos de Mafra terem ganho o concurso «Uma aventura literária 2010», promovido pela Editorial Caminho. Foram eles: Alexandre Faria dos Santos e Francisco Vitorino Azeiteiro do quinto ano, turma C, sob a coordenação do Professor de Língua Portuguesa Nuno Boavida. Depois, também ocorreu uma iniciativa extremamente interessante para o ensino básico, as «Olimpíadas da Matemática e da Língua Portuguesa», permitindo uma maior competitividade entre os nossos alunos e premiando a sua excelência. Outra notícia refere-se ao Tribunal de Contas que deu visto prévio ao Hospital de Loures - Carolina Beatriz Ângelo, que servirá as comunidades do Sobral de Monte Agraço, Loures, Odivelas e Mafra. Parece que este projecto está mesmo em desenvolvimento. De referir ainda que foi formalizada a criação de uma unidade de missão que irá coordenar a candidatura do Palácio, Convento e Tapada de Mafra a

Património Mundial da Unesco. Dentro das iniciativas do Executivo, queria realçar o projecto "Enfrente", que pretende responder a situações de carência social. Gostava igualmente de referir o financiamento da Tapada por cinquenta mil euros, em dois anos, mas o que queríamos era que o plano estratégico fosse para a frente porque a Tapada tem muito para oferecer. Sobre o Ecoparque da Abrunheira, este é um assunto já muito discutido, mas como estamos a viver numa comunidade intermunicipal temos que participar e ter a nossa quota-parte. Estrategicamente é muito importante que tenhamos uma unidade de ponta, o mais moderno que há, é preferível ficar com um tipo de unidade com estas características a qualquer outra coisa. Finalmente, uma palavra sobre José Saramago. Para mim, em termos pessoais, é um palatino da Língua Portuguesa no mundo. Foi reconhecido internacionalmente e, para Mafra, desenvolveu uma obra que dá muita visibilidade ao Concelho. Nunca fui de acordo com as suas ideias ou ideologias, muito menos em algumas alusões à pátria. Não entrarei em mais considerações políticas sobre Saramago, mas não deixo de fazer a minha homenagem, sobretudo pelo facto deste ter levado o nome de Portugal e de Mafra ao mundo inteiro." -----

-- A Senhora Dona Licínia Quitério referiu que "venho aqui esclarecer que é uma sugestão para estudo da Câmara e ficamos a aguardar a decisão. Se os colegas do PS se quiserem juntar a esta sugestão, teremos o maior gosto, é uma questão de apresentarem o mesmo à Câmara." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a mesa entendeu como uma ideia a desenvolver, não como uma recomendação. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos, respondeu às questões abordadas dizendo que "sobre a solicitação do Bloco de Esquerda, relativamente à estrada nacional duzentos e quarenta e sete, a Câmara Municipal assume responsabilmente a reposição do pavimento, como fez na estrada nacional nove. Há abatimentos que têm de ser aguardados. O CDS abordou a questão das acessibilidades. Mas, importa referir que foram criadas alternativas de estacionamento em Mafra, nomeadamente na Carapinheira e junto ao Parque Desportivo, para evitar a permanência frente ao Convento, durante todo o dia, de automóveis de cidadãos que se deslocam de autocarro para Lisboa. Estas alternativas foram devidamente anunciadas aos interessados. Relativamente ao acesso às habitações, desconheço que haja alguma delas sem acesso. Contrariamente ao que diz, os comerciantes estão satisfeitos, devido à rotação de lugares. É evidente que quando as obras estiverem concluídas, todas estas questões vão deixar de se colocar. Este projecto encontra-se na primeira fase, a segunda fase diz respeito à requalificação da frente do Palácio e na zona da Escola Prática de Infantaria. Sobre o Sumol Summer Fest, esta é uma iniciativa da Câmara Municipal, com o apoio do Turismo de Portugal, Turismo de Lisboa e Vale do Tejo e Associação Turismo de Lisboa. Não se verificou qualquer problema de segurança. Além disso, as acções de prevenção têm de ser programadas antes do Verão. Quanto ao plano de contenção de custos da Câmara, é evidente que estamos a elaborar um pacote mais extenso, estando a ser feito um levantamento exaustivo das possibilidades de redução de despesas. Relativamente ao Ecoparque da Abrunheira, eu reitero tudo aquilo que disse anteriormente. Reunimo-nos dos melhores especialistas e das melhores tecnologias para que esta seja uma boa solução para o tratamento de resíduos sólidos." -----

-- Foram colocadas a votação duas recomendações e uma moção apresentadas pelo Bloco de Esquerda. A recomendação «Intervenção urgente no troço da Estrada Nacional duzentos e quarenta e sete que atravessa a Carvoeira» foi rejeitada por maioria com sete votos contra do PSD e trinta e três abstenções, vinte do PSD, nove do PS, duas da CDU e duas do CDS, e um voto a favor do Bloco de Esquerda. A recomendação «Intervenção urgente na Estrada Nacional 116, troço Ericeira-Mafra» foi rejeitada por maioria com seis votos contra do PSD, trinta e quatro abstenções, vinte e uma do PSD, nove do PS, duas da CDU e duas do CDS, e um voto a favor do Bloco de Esquerda. A moção «Cortes no financiamento das Autarquias ao abrigo do PEC» foi rejeitada por maioria com vinte e quatro votos

contra, vinte e um do PSD e três do PS, dezasseis abstenções, seis do PSD, seis do PS, duas da CDU e duas do CDS, e um voto a favor do Bloco de Esquerda. -----

-- Deu-se início ao período da **Ordem do Dia**, com a introdução do primeiro ponto, denominado **"Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que "foi hoje oficialmente confirmada a visita do Presidente da República ao Concelho de Mafra, no âmbito do roteiro social, para o dia doze de Julho. Irá visitar a Residência São Domingos da Encarnação, a biblioteca do Palácio Nacional de Mafra onde assinará o Livro de Honra da Candidatura do Palácio Nacional de Mafra a Património Mundial da Unesco e assistirá ainda a um concerto dos seis órgãos da Basílica. Posteriormente, irão receber os convites." -----

-- Interveio o Senhor António Branco para dizer que "relativamente às obras da Foz do Lizandro, lembro-me que no passado se discutiu um projecto sobre a acessibilidade rodoviária à praia. Na descrição que é feita sobre as obras, fala-se do acesso pedonal, mas não é referido o acesso rodoviário. Este projecto virá a ser equacionado? Quanto ao novo posto de turismo, num primeiro momento foi apresentado com a sua localização na casa do risco do Palácio, mas foi, posteriormente rectificado porque havia já uma negociação para o edifício da Junta Autónoma de Estradas (JAE), que seria o espaço onde ficaria o novo posto. Hoje fiquei com algumas dúvidas. Gostaria ainda de saber onde irá ficar a casa mortuária da freguesia da Carvoeira?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que "a casa mortuária da freguesia da Carvoeira ficará em frente à igreja, no largo principal da Carvoeira. Sobre a Foz do Lizandro, trata-se de uma alteração ao POOC, estamos com um pedido na CCDD-LVT e na Secretaria de Estado do Ordenamento do Território para viabilizar a proposta porque tem que ser englobado no Plano de Pormenor para termos capacidade de expropriação. Já temos os terrenos todos negociados, embora ainda não adquiridos. No que diz respeito ao posto de turismo, a Câmara já adquiriu o imóvel, já fez o projecto da casa do risco e da antiga JAE, veio cá o Director Regional de Cultura que achou o projecto interessante. O edifício da JAE será o posto de turismo e a casa do risco será para a venda de artesanato de interesse turístico. Cumulativamente, também será feito o rearranjo do café, em conformidade com a envolvente do Palácio. Entretanto, tenho que arranjar alojamento para três famílias. Não vai haver despejo, tendo a Câmara que arranjar uma solução." -----

-- Deu-se sequência ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, denominado **"Tomada de Posição do Relatório n.º 4/2010 - 2.ª secção - Tribunal de Contas, ao abrigo da alínea i), do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual"**. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "a comissão de regimento reuniu e tem concluídas as alterações ao regimento. Chegou-se a um consenso sobre a tomada de posição, que passo a ler: «A Assembleia Municipal de Mafra reunida em trinta do seis de dois mil e dez, relativamente ao Relatório número quatro/ dois mil e dez, segunda secção, Município de Mafra e Empresas Municipais Mafratlântico, EM, e Pavimafrá, EM, ao abrigo da alínea i), do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, emitiu a seguinte posição: a Assembleia Municipal de Mafra tomou conhecimento do inquérito ao Município de Mafra e Empresas Municipais Mafratlântico, EM, e Pavimafrá, EM, efectuada pelo Tribunal de Contas, através do ofício ST/DAP-III/2.ª S RA 4/2010-2S, datado de cinco de Março de dois mil e dez. Face às recomendações preconizadas no Relatório, solicita à Câmara Municipal que informe esta Assembleia Municipal, até ao limite do prazo indicado pelo Tribunal de Contas, da execução das referidas recomendações.» -----

-- Sobre esta matéria, o Senhor Aníbal Ferra apresentou uma proposta que se junta a esta acta com a designação de ANEXO SETE. -----

-- O Senhor António Branco referiu que "em termos metodológicos, eu ouvi o Senhor Ferra, mas discordo. Eu concordo que os relatórios das auditorias devem ser analisados aqui, mas o senhor também esteve na reunião do regimento. Há uma metodologia que nós todos nos comprometemos a aceitar, que é a utilização da comissão de regimento para discussão do assunto, ela foi cumprida, e o senhor esteve lá e comprometeu-se da mesma maneira do que eu. Vejo com a sua intervenção isso ser completamente ultrapassado. Não há compromisso que o senhor tenha assumido junto das restantes forças políticas. Desagrada-me este funcionamento ético. Estou a referir-me ao procedimento e não à matéria. Não aceito funcionar assim porque, desde a primeira hora, por ser um dos membros que recebeu o relatório, o PS, num quadro estrito da sua posição como partido, tomou uma posição e deu-a a conhecer à comunicação social. Levantámos a questão na Assembleia Municipal, definimos uma metodologia e nós cumprimos estritamente, mesmo que a nossa vontade, e eu tive oportunidade de referir, não fosse aquela que acabou por vingar com estes dois pontos. Mais importante do que estarmos a pensar no passado é começarmos a pensar no futuro, em termos da melhor forma que as Assembleias Municipais têm de abordar as questões e as decisões e o modo como estas se formam. Venho só aqui exprimir o meu desagrado pela sua informação não ter cumprido o que estava acordado com as restantes forças políticas." -----

-- O Senhor Alves Pardal interveio para dizer que "fui surpreendido com esta intervenção por parte do Bloco de Esquerda. Quero referir, desde já, que somos contra a política de *arcana praxis* de coisas escondidas. Nós somos sempre a favor do estado de direito. O estado de direito tem uma componente essencial que é a transparência da informação. O que se passou em relação a este relatório, para que não restem dúvidas, foi que o Senhor Presidente da Assembleia colocou aos líderes de bancada a possibilidade de discutir e preparar algo para ser debatido na Assembleia, não para ser resolvido por um grupo à parte. Foi apenas para instruir o processo, para facilitar, para ser objecto de debate, aqui. Nessa reunião, verificámos que havia elementos que ainda não tínhamos em nosso poder. Os relatórios foram enviados pelo Tribunal de Contas aos interessados e a Câmara, uma das visadas, respondeu. Temos que estar de boa fé. O que foi decidido foi aguardar que nos sejam facultados todos os elementos, nomeadamente pela Câmara Municipal, para que se possa instruir o processo e a Assembleia o possa discutir livremente. Fomos surpreendidos agora com a intervenção do Bloco de Esquerda, que assumiu esta posição perante todos nós com o objectivo de esclarecer a verdade e não tomar posições já com algum pressuposto. Julgamos que o melhor é aguardarmos o decurso do processo, vamos esperar todas as informações para respondermos com seriedade. O que está aqui em causa inclui, inclusive, valores sobre condutas e nós não podemos levar isto a um extremo de partidarizar ou tornar políticas questões que são do âmbito judicial." -----

-- O Senhor Aníbal Ferra referiu que "em resposta ao Senhor Branco e ao Senhor Alves Pardal, gostaria de dizer que na reunião da revisão do regimento, o Bloco de Esquerda não dispunha de qualquer documento que dissesse respeito ao relatório da auditoria. Quando foi levantada a questão de nos pronunciarmos, fiquei boquiaberto por me ir pronunciar sobre uma questão sobre a qual não dispunha de informação. Na documentação que a Câmara Municipal nos enviou para a preparação desta Assembleia, ia toda a informação exceptuando o relatório, liguei para a Câmara e questionei onde poderia aceder ao referido relatório. Alguns membros da comissão de regimento já tinham o relatório. Quando há tratamentos diferenciados, há que ter isto em atenção." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "na altura, quem tinha essa documentação era o Senhor Branco, porque tinha recebido pessoalmente em sua casa. De qualquer forma, foi um erro dos serviços." -----

-- O Senhor José João Costa acrescentou que "relativamente a este assunto, efectivamente estive nesta reunião e já tinha em meu poder o relatório, mas tirei-o da internet. Depois, foi-me fornecido um despacho, já com algumas respostas da

Câmara. Nós concordámos em fazer uma intervenção mínima sobre esta matéria, uma vez que ainda não tínhamos em nosso poder os elementos necessários que permitissem efectuar uma avaliação mais lata do assunto. Estou de acordo com o que o Senhor Presidente agora nos facultou para votar, muito embora as conclusões do relatório ainda não estarem tiradas. Falta-nos apurar qual foi a resposta da Câmara e o que esta já fez para colmatar essas falhas apontadas pelo Tribunal de Contas. Só com estes elementos todos, podemos fazer uma avaliação concreta. Abstenho-me de fazer outros juízos sobre o que o Tribunal de Contas imputa à Câmara." -----

-- No uso da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu que "sobre a intervenção do Senhor Aníbal Ferra, ela foi extremamente negativa pelos seguintes aspectos: teve um excesso de linguagem, foi extremamente grave; violou normas de trabalho aprovadas por todos os grupos municipais aqui presentes; leu as conclusões preliminares, mas não leu o contraditório. Quando se faz política tem que se efectuar uma análise um pouco mais atenta sobre estas questões. Ninguém está a fugir do relatório, é bom que existam relatórios destes. No grupo de trabalho, toda a gente falou livremente e aprovámos que tomávamos conhecimento sobre esta matéria e aguardávamos mais informação detalhada para analisarmos correctamente. Assim, vai ser difícil continuar a trabalhar entre todos os grupos parlamentares, espero que tenha sido um erro." -----

-- Sobre esta matéria, o Senhor António Branco acrescentou que "acho que todos nós devemos aprender com estes processos, se soubermos aprender. Eu recebi o documento porque participei no contraditório. Tive, na altura, a preocupação de não misturar esta questão com a vertente partidária. Enquanto o site do Tribunal de Contas não colocou lá o relatório, nós não o divulgámos. Não houve pessoas privilegiadas e outras não." -----

-- Não se verificando mais intervenções, procedeu-se com a votação de duas propostas: a proposta de deliberação trazida pelo Presidente da Assembleia Municipal e a proposta apresentada pelo Senhor Aníbal Ferra. Relativamente à primeira proposta, a Assembleia Municipal emitiu, por unanimidade, a seguinte posição relativamente ao Relatório número quatro/dois mil e dez – Segunda secção Município de Mafra e Empresas Mafratlântico, EM e Pavimaфра, EM, ao abrigo do disposto na alínea i) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual: «A Assembleia Municipal de Mafra tomou conhecimento do inquérito ao Município de Mafra e empresas Municipais Mafratlântico, EM e Pavimaфра, EM efectuada pelo Tribunal de Contas, através do ofício ST/DAP-III/2.ªS RA 4/2010-2S, datado de 5 de Março de 2010. Face às recomendações preconizadas no Relatório, solicita à Câmara Municipal que informe esta Assembleia Municipal, até ao limite do prazo indicado pelo Tribunal de Contas, da execução das referidas recomendações.» A proposta foi aprovada por unanimidade, com declaração de voto da CDU. -----

-- O Senhor José João Costa prosseguiu com a declaração de voto dizendo que "a Mafratlântico tem os dias contados. O relatório da empresa preconiza a extinção da Mafratlântico logo após as últimas das negociações que foram feitas com as Estradas de Portugal. Não faz sentido estarmos aqui a votar uma coisa que «antes de ser já o era». -----

-- Relativamente à declaração de voto apresentada pela CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que esta diz respeito à segunda proposta e não ao que foi votado. Neste sentido, procedeu-se à votação da segunda proposta, apresentada pelo Senhor Aníbal Ferra, tendo esta sido rejeitada, com um voto a favor do Bloco de Esquerda e os restantes votos contra, vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS, dois do CDS/PP e dois da CDU. -----

-- Deu-se sequência ao terceiro ponto da ordem de trabalhos denominado **"Alteração dos Estatutos da AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos"**. Não se verificaram inscrições, pelo que se passou à votação deste ponto. A

Asssembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU e dois do CDS/PP) e uma abstenção do Bloco de Esquerda, nos termos do disposto no número três, do artigo trigésimo quinto conjugado com o número quatro do artigo trigésimo quarto, ambos da Lei número quarenta e cinco/dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto, e alínea r) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, ratificar a proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – AMTRES, consubstanciando-se na introdução de nova redacção ao teor dos artigos vigésimo segundo número um, vigésimo sexto número um, vigésimo oitavo números um e três, trigésimo quarto números três e quatro e trigésimo quinto. -----

-- Passou-se ao quarto ponto sobre o **"Projecto de Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Mafra – CROAMM"**. Não se verificaram intervenções, tendo-se prosseguido com a votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU, dois do CDS/PP) e uma abstenção do Bloco de Esquerda, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar o Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Mafra – CROAMM, com a inclusão das pequenas alterações de ortografia apresentadas, conforme documento apresentado, dado terem sido cumpridos os normativos legais sobre a apreciação pública, nos termos do artigo cento e dezoito do Código de Procedimento Administrativo. -----

-- Iniciou-se o quinto ponto denominado **"Taxa Municipal Aplicável aos Operadores das Redes Municipais de Gás"**. Não houve inscrições, tendo-se prosseguido com a votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD e nove do PS) e cinco abstenções (uma do BE, dois da CDS/PP e dois da CDU), nos termos do estabelecido na alínea e) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, estabelecer e fixar o quantitativo de um euro e cinquenta e seis cêntimos/fogo/mês, como valor médio, aplicado aos operadores das Redes Municipais de Gás pela utilização de infra-estruturas que são propriedade do Município. -----

-- Passou-se ao sexto ponto sobre **"Relatório de Contas de 2009 das seguintes empresas: Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM, SA; Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA; Giatul – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; Muncípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; Amagás – Associação de Municípios para o Gás; Matadouro Regional de Mafra, SA; Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada; Amtres – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos; Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água – Amega"**. -----

-- Sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que este é apresentado à Assembleia Municipal para conhecimento desta e não para aprovação. -----

-- Usando da palavra, o Senhor António Branco disse que "estou interessado em analisar, com cuidado, as empresas municipais em que o Município participa significativamente no capital. Interessa-me o Matadouro, que é um projecto municipal importante, a Giatul, a Pavimafra e a Mafratlântico. Relativamente ao Matadouro Regional de Mafra, este tem uma importância significativa para o

Concelho. No último ano, o Matadouro apostou num novo segmento: o abate de touros corridos. Os resultados líquidos obtidos são positivos. No que diz respeito à Giatul, verifica-se que, em dois mil e nove, houve uma quebra de utilização do parque, verificando-se, igualmente, um significativo aumento do pessoal. O resultado líquido foi negativo, de duzentos e cinquenta mil euros. A Pavimafra é uma empresa especial, que fornece serviços para o próprio Município. É um mercado protegido, na medida em que os preços são feitos para o Município, logo os resultados valem o que valem. O volume de negócios tem alguma expressão – dez milhões de euros –, o resultado líquido é de setecentos e quinze mil euros, mais trinta por cento relativamente ao ano anterior, não tem dívidas à banca e o endividamento é de trinta e sete por cento. Dizem que querem entrar no mercado comercial, mas não sei o que isto significa em termos de uma empresa municipal, gostaria que me explicassem qual é esta estratégia da Pavimafra e se esta é compaginável no quadro de empresas municipais e jurídico. A Mafratlântico passou, no ano passado, por um processo com várias vicissitudes, com atrasos na transferência para a Estradas de Portugal. Os empreiteiros não eram pagos e, portanto as consequências financeiras foram significativas. O relatório líquido do exercício foi de dois milhões, seiscentos e cinquenta mil euros negativos. O próprio relatório faz referência que a Mafratlântico está em fase final de vida, em princípio em Setembro de dois mil e dez a Estradas de Portugal pagará os duzentos milhões que tem a efectuar aos empreiteiros. Há a situação dos empreiteiros em contencioso e os terrenos expropriados em contencioso, há também provisões que foram criadas para este efeito, a minha dúvida é que depois de ter sido tudo pago não haja um resvalar e tenhamos que pagar mais do que está previsto. Gostaria que me esclarecessem se há aqui algum risco inesperado? Finalmente, o que eu fiz foi aqui um exercício, que foi ter de um lado aquelas entidades que apresentaram prejuízos: começando pela Câmara que teve um prejuízo de dez milhões e meio de euros em dois mil e nove, a Mafratlântico que teve um prejuízo de dois milhões e meio de euros, a Giatul foi um prejuízo de duzentos e quarenta e quatro mil euros. Do lado dos lucros: houve lucros da Pavimafra, setecentos mil euros; e do Matadouro menos expressivo, sessenta e seis mil euros. Em suma, no ano passado houve um prejuízo global do Município e das empresas municipais de doze milhões e meio de euros. Não quero tirar consequências de maior, mas a verdade é que não podemos ser tão efusivos nos resultados, na medida em que eles não foram favoráveis.” -----

-- O Senhor José João Costa referiu que “relativamente a estes assuntos, eu também gostaria de ser esclarecido sobre os pontos apontados pelo Doutor Branco. Gostaria ainda de ver esclarecido o seguinte, e desculpem misturar um pouco dois pontos, mas o ponto sete, que é a Modificação dos Documentos Previsionais, está, de certa forma, ligado ao ponto número seis. Há aqui uma alteração previsional na despesa, salvo erro, estão orçamentados um milhão, duzentos e cinquenta mil euros e vão ser retirados trezentos e noventa e nove mil, porque a Pavimafra vai comprar a posição que a Jodofer possui na própria Pavimafra. Tendo nós conhecimento de que o Tribunal de Contas levantou problemas em relação à Pavimafra, não estamos a investir numa empresa que tem o seu futuro um bocado preocupante?” -----

-- No uso da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que “relativamente aos relatórios apresentados, refiro-me de uma forma muito sintética a cada um. Sobre a Mafratlântico, como todos sabem, o desfecho final será em Setembro de dois mil e dez. Relativamente à Pavimafra, gerou resultados e distribuição de dividendos, o que parece positivo. No Matadouro Regional há uma diminuição da actividade, que também não é só deste Matadouro, mas um pouco do próprio comércio a nível nacional. A Giatul tem alguns problemas de sustentabilidade que não são novos, mas a Câmara tem tentado contornar a questão, mantendo um activo excepcional em termos de qualidade do serviço que está a ser prestado a quem nos visita, nomeadamente na zona da Ericeira. Na Tapada de Mafra, como já referi na minha primeira intervenção, estes cinquenta mil euros do governo central não são

sustentáveis, porque precisávamos de um plano estratégico. Nas empresas intermunicipais, não deixo aqui de evocar que nem todos têm a melhor postura como comunidade intermunicipal nestas sociedades. Uns não se comprometem e isso faz com que estas sociedades não sejam mais eficazes." -----

-- Respondendo às várias questões formuladas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "tenho pouco a acrescentar relativamente aos relatórios que foram distribuídos, no entanto, houve algumas questões colocadas que merecem referência. Uma delas tem a ver com o contencioso e se as verbas retidas são suficientes ou não. Nós acautelámos os depósitos, como a Lei obriga, a situação está controlada, mas a decisão cabe ao tribunal. Relativamente à Pavimafra, requeremos a emissão de um alvará de obras para que esta, depois de responder às necessidades da Câmara, possa negociar no privado. Sobre a questão formulada pelo Senhor José João Costa, não tem nada a ver com os relatórios, como é óbvio, e o ponto sete é independente das outras situações. É uma das recomendações do Tribunal e uma das dúvidas que se levantava era porque é que a Pavimafra continuava como parceiro privado? Nós entendemos que era altura de acabar com esta dúvida. A Lei para as empresas municipais foi alterada em dois mil e sete, portanto os procedimentos foram correctos. Agora, entendemos mudar a estratégia. Vamos comprar os quarenta e nove por cento do parceiro privado, que manifestou interesse em alienar. Assim, vai passar a ser cem por cento municipal, havendo, desta forma, mais facilidade de relacionamento. Resolve-se assim uma das recomendações do Tribunal de Contas. Daí também a modificação aos documentos previsionais para dotar o orçamento de verba para adquirir os referidos quarenta e nove por cento." -----

-- Não havendo mais inscrições, a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Relatórios de Contas do ano de dois mil e nove das empresas Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM, SA; Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA; Giatul – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA; Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, em, SA; AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás; Matadouro Regional de Mafra, SA; Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; Tapada Nacional de Mafra - Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada; AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos; Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água – AMEGA, nos termos do disposto na alínea d) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual.

-- Prosseguiu-se com o sétimo ponto denominado **"Modificação aos Documentos Previsionais – 2.ª Revisão"**. -----

-- Interveio o Senhor Aníbal Ferra para dizer que "sobre este ponto, considero que era importante que a votação fosse nominal, para provar que estão todos presentes." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu dizendo que "obviamente, esta é uma forma de votação que carece de aprovação da Assembleia." -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu que "existe uma figura que tem sido utilizada pelos membros desta Assembleia para vincar a sua posição, que é a declaração de voto. Existe a possibilidade de proceder à votação normal e, quem quiser, pode apresentar uma declaração de voto." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "de acordo com a alínea b) do número um do artigo trigésimo oitavo «Formas de Votação»: «a votação nominal apenas quando requerido por qualquer membro e aceite expressamente pela Assembleia». Portanto, tendo esta sido requerida pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda, terá que ser votada." -----

-- Deu-se sequência à votação da proposta apresentada, tendo esta sido rejeitada. Passou-se igualmente à votação do sétimo ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a

favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS e dois da CDU), um voto contra do Bloco de Esquerda e duas abstenções do CDS/PP, nos termos do disposto na alínea b), do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa, apresentando uma inscrição e uma diminuição no montante de duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e trinta euros. -----

-- Foi iniciado oitavo ponto da Ordem do Dia sobre "**Estatutos da Associação Música - Educação e Cultura (AMEC)**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "a alteração principal que está em causa é a atribuição de um número fixo de votos em função da categoria do associado. Considero que este é um mau princípio, porque há entidades que passam a ter mais peso do que outras. A orientação que dei ao representante da Câmara na Assembleia-geral foi a de voto contra, atendendo a que, até aqui, a AMEC tem funcionado bem e que deve respeitar o número de associados, independentemente da sua categoria. Curiosamente, a Secretaria de Estado da Juventude e o representante da Segurança Social também votaram contra. Portanto, proponho a rejeição desta alteração estatutária, sendo que tal não inviabiliza a participação da Câmara na AMEC." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que "face ao exposto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o grupo parlamentar do PPD/PSD vai ser solidário com o Executivo." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que seria votada a tomada de posição apresentada pelo Executivo da Câmara Municipal de Mafra, relativamente à alteração dos estatutos da AMEC. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo Correia acrescentou que "não faz sentido nós votarmos uma deliberação da Câmara. A Câmara deliberou enquanto órgão executivo. Aqui há uma proposta da alteração de estatutos, a Assembleia aprova ou rejeita a alteração dos estatutos. Não temos que fazer juízos das deliberações do Executivo nesta matéria." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que "a redacção da certidão está errada. A Câmara dá parecer e envia à Assembleia. Cabe à Assembleia Municipal aprovar, ou não, a alteração dos estatutos." -----

-- Interveio o Senhor Daniel Marchante para dizer que "eu acho que, numa situação deste tipo, tem que haver uma moção de um grupo parlamentar a propor a rejeição, senão pode ser pouco sólido só com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que "a proposta refere: «Considerando que na Assembleia-geral cada associado deverá ter a mesma igualdade de direito de voto, a Assembleia Municipal de Mafra rejeita esta alteração dos estatutos». Esta é a proposta que estou a fazer à Assembleia." -----

-- Procedeu-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, por entender que a Associação Música - Educação e Cultura (AMEC) sempre funcionou com a igualdade de participação de todos os seus associados, deliberou, por unanimidade, com quarenta e um votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS, dois da CDU, um do Bloco Esquerda, dois do CDS/PP), considerar inadequada a alteração dos Estatutos nesta matéria, apesar de não pôr em causa os seus objectivos principais.

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a elaboração da acta em minuta, não se verificando objecções. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**. Não se verificaram inscrições, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam cinquenta e um minutos das vinte e três horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: Senhora Dona Maria Lúcia

ACTA DA SESSÃO DE TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ

Carvalho substituída nesta sessão pela Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves; Senhor Mário Pereira substituído pelo Senhor Renato Santos; Senhora Dona Paula Borges substituída pela Senhora Dona Daniela Costa; Senhor Domingos Janota substituído pela Senhora Dona Célia Vicente; Senhor Joaquim Ribas da Costa substituído pelo Senhor Vítor Gomes; e Senhor Vítor Rodrigues substituído pelo Senhor Vítor Costa. Verificou-se, igualmente, a ausência dos seguintes elementos: Senhor João Gaito e Senhor Paulo Ricardo. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Luís António Ribeiro Alves

Quando desaparece um homem da estatura humana, intelectual e cívica de José Saramago, muita polémica se acende na sociedade. É inevitável, mais ainda quando esse homem foi um espírito livre e afrontou tudo e todos, fossem quem fossem, desde que entendesse que não se guiavam pelas linhas de coerência com que media atentamente o pulsar do mundo complexo que vivemos e cuja referência foi sempre para ele o ser humano que queria digno e livre. Foi amado, odiado, admirado, insultado e vilipendiado, como sempre a história faz a quem se levanta do chão, avisa sobre a cegueira colectiva e consegue admirar o homem para além da obra. Teve muitos inimigos, foi alvo de muitas invejas, foi incompreendido e, pior do que tudo, foi pouco lido em Portugal, ao contrário do que aconteceu em Espanha e no Brasil, muito naturalmente devido ao nosso triste nível de iliteracia.

Inaugurou uma escrita outra, casada com a oralidade, com a qual surpreendeu académicos e incultos. Quantos de nós já ouvimos falar da exuberância das vírgulas ou da escassez dos pontos finais? Poucos saberão do que falam, até porque muitos não o leram e habitualmente tais críticas são feitas por quem ignora que entre o sujeito e o predicado não cabe uma vírgula, e outras regras básicas de pontuação, o que não é de admirar sabendo quão atrevida é a ignorância.

Teve uma vida longa, a sua voz desafrontada foi sempre uma referência nas discussões das grandes questões mundiais e deixa uma obra ímpar para a futura reflexão sobre Portugal e o mundo. Reconheceram-lhe a grandeza e o mérito e atribuíram-lhe o prémio Nobel, o único concedido a um escritor de língua portuguesa. O segundo atribuído a um português que já poucos sabem quem foi. Falo do Professor Egas Moniz, o médico-cientista. Os poderes vigentes de Portugal sempre foram ingratos para quem enobreceu o País e viu muito para além da mediocridade estabelecida. Lembremos, ao longo dos tempos, Ribeiro Sanches, Luís António Verney, Almeida Garrett, José Rodrigues Miguéis, Jorge de Sena, Maria Helena Vieira da Silva, Agostinho da Silva e

ANEXO U17

tantos, tantos outros que tiveram de se afastar, contra vontade, da Pátria que não os mereceu, alguns deles para sempre.

Agora que o corpo de Saramago voltou à terra do país que engrandeceu e amou, as discussões acalmarão, os elogios de última hora também. Fica a obra que levou o nome de Portugal aos quatro cantos do mundo, traduzidos que já estão os seus livros em mais de quarenta idiomas.

Mas coube a Mafra, esta nossa terra, que durante demasiado tempo não apreciou porque não compreendeu o escritor e a sua obra, a sorte, direi, a honra de ser o lugar da acção de um dos seus livros maiores. O Memorial do Convento (do nosso) é hoje conhecido e lido por esse mundo fora. Mafra, graças ao livro, deixou de ser um qualquer lugar no mapa de um pequeno país para ser a terra do Memorial que José Saramago escreveu. Em boa hora pensou Saramago em pôr este monumento num livro. Falou da sua história falando da história dos homens que o ergueram a pulso e sangue. Criou personagens fabulosos que hoje connosco convivem como gente fossem de nossa memória. Estrangeiros que nos visitam perguntam pela casa onde viveu Blimunda, a das Sete Luas, e o seu companheiro Baltasar, o dos Sete Sóis, e querem ver a grande pedra que veio de Pero Pinheiro, matando bois e homens. Perguntam pelo lugar onde supostamente teria caído a Passarola, aquela que verdadeiramente nunca voou. Muitos trazem o livro e tentam confrontar passagens com lugares do palácio que vão visitando. Mafra deve a esta obra o que ainda não foi suficientemente capaz de avaliar, mas que o será, que o tempo há-de aguçar a sabedoria e a imparcialidade dos homens, apagando questiúnculas mesquinhas de gente de pouco saber.

Hoje, ainda no rescaldo da morte física de José Saramago, pensa-se em homenagens, algumas se assemelhando a verdadeiros actos de contrição, tentando ignorar o ateísmo nunca desmentido do escritor. Outros lastimam-se pelo facto de ter sido um comunista a receber o Nobel, mas esses mesmos não-

15

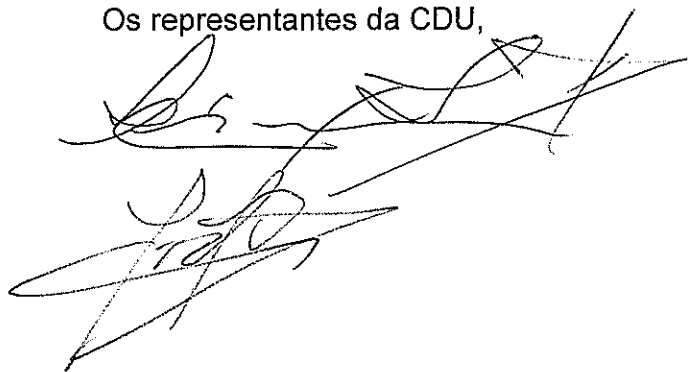
de vir a pensar: façamos de conta que esquecemos e cavalguemos a onda que algum proveito nos pode trazer.

Mafra há-de honrá-lo, não tivesse sido Blimunda uma mulher com poderes de ver os homens por dentro, sabendo das suas vontades. Uma curiosidade: a escritora nossa conterrânea, Hélia Correia, no seu romance Lillias Fraser, presentemente a ser traduzido para o italiano, fez o encontro, em Mafra, no Convento, de Blimunda com a personagem do seu livro. E assim Mafra e o Convento, pela mão dos nossos ilustres, se vão tornando nomes e realidades em boca de gente de qualquer lugar para quem os livros são fonte de vida e de claridade.

Na opinião da CDU, haveria de se pensar numa escultura pública, modesta, mas com qualidade artística, que celebrasse, não directamente a figura de Saramago, mas o seu livro, o nosso Memorial, em lugar bem junto ao Convento, para sua e nossa honra e glória. Aqui fica a sugestão para que mereça o devido apreço e ponderação por parte dos respectivos órgãos desta Câmara Municipal, ficando a CDU a aguardar os necessários desenvolvimentos.

Mafra, 30 de Junho de 2010

Os representantes da CDU,



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Mafra
M. I. Engº Joaquim Sardinha

Arquivo
à C.M.
30/6/2010

Mafra, 30 de Junho de 2010

Assunto: pedido de esclarecimento endereçado à Câmara Municipal de Mafra.

Nos termos da Lei e do Regulamento Municipal, o grupo municipal do CDS-PP vem solicitar que V.Exa. se digne endereçar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra pedidos de esclarecimento respeitantes às seguintes matérias:

1. Em reunião da Assembleia Municipal de Mafra, na sessão de 26 de Fevereiro de 2009 – no decurso do mandato 2005-2009, no qual o CDS-PP não tinha nenhum membro eleito – foi aprovado o Projecto de Regulamento Específico de Estacionamento de Duração Limitada da Vila de Mafra, tendo, na altura, o Senhor Vereador Hélder Silva aludido à existência de um “estudo para a mobilidade” que suportava as propostas do Executivo para a elaboração do referido Regulamento. Por conseguinte, solicita o grupo municipal do CDS-PP que lhe seja facultada cópia do referido “estudo para a mobilidade”.
2. Tendo em conta que as obras de requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra constam do “Plano Estratégico do Turismo para o Concelho de Mafra (2007-2016)” e que as suas linhas orientadoras terão respeitado o “Plano Estratégico de Mobilidade da Vila de Mafra”, solicita o grupo municipal do CDS-PP que lhe sejam fornecidas as actas, donde conste a aprovação dos referidos “Planos Estratégicos”, bem como um exemplar do “Plano Estratégico de Mobilidade da Vila de Mafra”.

Apresentando a V.Exa. os melhores cumprimentos, solicitamos que, de igual modo, transmita as nossas saudações ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Mafra.



Tiago Nunes
(Tiago Nunes)

ANEXO DOIS



Bloco de Esquerda

*Reputada por um
q + voto ent- do PSD
é 33 voto de abstrato
20 PSD, 9 PS, 2 CDU
2 CDs e 1 voto a
fun do DF
30/6/2016*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL de MAFRA

RECOMENDAÇÃO

Intervenção urgente no troço da EN 247 que atravessa a Carvoeira

O troço da EN 247 que atravessa a Carvoeira encontra-se em mau estado de conservação. Este facto deve-se a uma intervenção para instalação de infraestrutura de saneamento básico que levou à destruição de parte do tapete de alcatrão, nunca tendo este sido reparado em condições. Considerando que

- Os remendos que, ao longo dos últimos meses foram sendo postos no local se revelaram insuficientes para garantir a qualidade do tapete de alcatrão;
- O estado do pavimento põe em causa a segurança da circulação automóvel, comprometendo a mobilidade de munícipes, a vida económica e o turismo das freguesias da Carvoeira e Ericeira, bem como do concelho de Mafra;

Considerando ainda os diversos alertas para o problema feitos em Assembleia Municipal e pela população;

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 30 de Junho de 2010, delibera, por proposta do Bloco de Esquerda, recomendar à Câmara uma intervenção com carácter de urgência no referido troço, no sentido de repor o tapete de alcatrão a toda a largura da via.

Mafra, 30 de Junho de 2010

O Eleito do Bloco de Esquerda

Anibal Ferra

ANEXO TRÊS



Bloco de Esquerda

*Refutação pm/6
min 2 e 6 vtm
contas do PSD e 34
abstém 21 do PSD
9 PS 2 CDU 2 CDS 1
1 vtm 4 tm de PE
30/6/2010
W*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL de MAFRA

RECOMENDAÇÃO

Intervenção urgente na Estrada Nacional 116, troço Ericeira-Mafra

Considerando que

- O troço Ericeira /Mafra da EN 116 é uma estrada de muito utilização, servindo como estruturante nas ligações internas no concelho de Mafra e de alternativa à autoestrada;
- O piso deste troço encontra-se em mau estado devido ao uso intensivo à **abertura da vala para colocação de esgotos na Achada e aos efeitos do inverno rigoroso que atravessámos.**
- As intervenções pontuais que foram sendo feitas ao longo do tempo são insuficientes para garantir a qualidade do tapete de alcatrão;
- O estado do pavimento põe em causa a segurança da circulação automóvel, comprometendo a mobilidade de munícipes, a vida económica e o turismo das freguesias que atravessa, bem como do concelho de Mafra;

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 30 de Junho de 2010, delibera, por proposta do Bloco de Esquerda, recomendar à Câmara uma intervenção com carácter de urgência no referido troço, no sentido de requalificar o seu tapete de alcatrão.

Mafra, 30 de Junho de 2010

O Eleito do Bloco de Esquerda

ANEXO QUATRO

Anibal Ferra

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Anibal Ferra', located in the top right corner of the page.



Bloco de Esquerda

Reputada por
muito q. 24 m/h
autar. 21 PSD 3 PS
16 Autar. 6 PSD 6 PS
2 CDU 2 CDU 1 1 w/h
1 w/h a favor do BE
30/6/2010

ASSEMBLEIA MUNICIPAL de MAFRA

MOÇÃO

Cortes no financiamento das Autarquias ao abrigo do PEC

As restrições orçamentais impostas às autarquias pelo Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), implicam a redução de 100 milhões de Euros das verbas transferidas ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da comparticipação no IRS cobrado em cada concelho.

Considerando que:

Este corte irá privar o Concelho de Mafra de 3,79% das transferências do Orçamento Geral de Estado inicialmente previstas, num montante superior 300 mil Euros.

Em todo o país, serão onerados os encargos das autarquias em 34 milhões de euros, como resultado do anunciado aumento do IVA.

Este quadro financeiro põem em causa políticas de proximidade que tornam mais racional o investimento público – um euro investido nas autarquias é muito mais reprodutivo que o mesmo euro consumido na máquina burocrática dum dos países mais centralistas da Europa.

Considerando ainda que, em vez de cortes cegos que têm grande impacto nos serviços públicos e na vida da grande maioria da população, a receita do Estado poderá ser reforçada, entre outras, através de uma maior taxaçaõ da banca (que paga 10% de IRC) e dos ordenados e prémios milionários de gestores e administradores, bem como pela taxaçaõ imediata das aplicaçaões financeiras em *off-shores*.

ANEXO CINCO

17

Reunida a 30 de Junho de 2010, a Assembleia Municipal de Mafra, por proposta do Bloco de Esquerda, delibera:

1- Repudiar os cortes nas transferências do Orçamento Geral de Estado de 2010 para o concelho, em resultado do PEC.

2- Manifestar concordância e solidariedade com a posição assumida pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses relativamente às implicações do PEC na área do poder local.

3- Recomendar à Câmara de Mafra que apresente, com carácter de urgência, uma proposta de alteração orçamental que tenha em conta as restrições financeiras acima referidas, bem como e a taxa de execução da receita municipal do primeiro semestre de 2010, em que

- a) Se esclareça taxativamente qual o plano de cortes orçamentais que vai levar a cabo;
- b) Não se faça incidir os cortes orçamentais nas políticas sociais e culturais promovidas pelo município;

Se aprovada, esta moção deverá ser enviada à Associação Nacional de Municípios, ao Senhor Primeiro Ministro, aos partidos com representação parlamentar e ao Presidente da República.

Mafra, 30 de Junho de 2010

O Eleito do Bloco de Esquerda

Aníbal Ferra

V
g

**DECLARAÇÃO PARA FICAR EM ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OU
EM ANEXO A ELA**

Em complemento da intervenção que aqui foi feita pelo meu colega de bancada Manuel Pimenta sobre a Ecoparque e, sobretudo, como morador na freguesia de Alcaínça há longos anos, venho apresentar esta Declaração escrita que irei assinar e que solicito fique em Acta desta Assembleia ou em anexo à mesma.

Esta declaração tem por objecto a apreciação sobre o futuro funcionamento do Ecoparque na Abrunheira (Mafra), equipamento relativamente ao qual a empresa proponente da sua implantação, a Tratolixo, há cerca de seis anos, em sessão desta Assembleia Municipal, deu garantias do melhor funcionamento e de excelentes condições tecnológicas no que respeita ao processamento dos resíduos urbanos dos concelhos de Mafra, Cascais, Oeiras e Sintra, objectos de triagem prévia, assegurando a melhor qualidade ambiental.

Na altura, um técnico da QUERCUS (entidade que dispensa apresentação), esteve nesta Assembleia Municipal, a pedido do executivo camarário, onde teve a oportunidade de expor as vantagens do dito equipamento, que estaria apetrechado de um biodigestor de ultima geração, que era garantia de isenção de cheiros ou efeitos colaterais nocivos para as populações das localidades vizinhas.

Na sequência dessa exposição-apresentação, os membros da AM ficaram tranquilos, dada até a qualidade com que o técnico se apresentou, dado que a QUERCUS é conhecida como entidade insuspeita: a dita unidade seria modelar e não causaria cheiros ou quaisquer outros efeitos negativos para as populações e para o meio ambiente. Em suma, estaríamos na presença de uma situação exemplar em termos de funcionalidade e de sustentabilidade económica e ambiental.

Garantia que durante a construção do equipamento foi sempre reiterada pelo Presidente do executivo camarário, sempre que questionado sobre o tema. Foi criada também uma Comissão de Acompanhamento constituída para o efeito de satisfazer a garantia prestada, a qual seria entendida como uma garantia da qualidade do projecto e da ligação do mesmo

ANEXO SEIS

com as populações do concelho, designadamente das freguesias mais próximas do local onde veio a ser localizado o Ecoparque. A Tratolixo também designou como seu representante nesta Comissão o tal técnico da Quercus que veio dar todas as garantias ambientais do projecto.

No passado dia 17 de Junho, em visita às instalações do Ecoparque, a convite da TRATOLIXO, os membros da AM, de entre os quais, eu próprio, foram surpreendidos pela declaração do Presidente do Conselho de Administração desta empresa, no âmbito da apresentação das alterações do projecto, de que o equipamento era "uma fábrica" e, como tal, poderia libertar cheiros e odores resultantes do processamento de lixo urbano, embora tudo viesse a ser feito para minimizar esses inconvenientes.

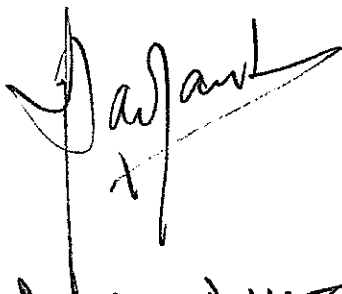
Este discurso deixou-me apreensivo por ser totalmente contraditório com o discurso anterior da absoluta inocuidade do equipamento em termos de cheiros e odores resultantes da laboração e de outros efeitos nocivos para o meio ambiente e para a saúde pública.

Com efeito, como já referi, o discurso do executivo camarário, que em nenhum momento foi alterado por qualquer declaração pública ou institucional dos membros do executivo, da Comissão de Acompanhamento e de qualquer dos seus membros, designadamente do técnico pertencente à reconhecida organização ambientalista, a QUERCUS, haviam deixado, ao longo destes anos todos, os membros da AM, incluindo eu próprio, tranquilos quanto à inocuidade dos odores e à existência de quaisquer danos para as pessoas, o que foi elemento fundamental para a formação da vontade da AM, que, antevejo, terá sido determinada por erro.

Em face do exposto, pretendo alertar a AM para essa contradição e manifestar o propósito de que, caso se venha a verificar a produção de cheiros e odores ou outros efeitos negativos no meio ambiente ou na saúde pública, me reservo o direito de desencadear os procedimentos legais para obviar aos efeitos negativos que venham a ser produzidos, responsabilizando, designadamente em termos de responsabilidade civil, todos os responsáveis pelas ocorrências que vierem a acontecer e pela forma como foi conduzido um processo que, como se percebe depois da reunião realizada no Ecoparque no dia 17 de Junho, não tem sido desenvolvida com a necessária transparência um processo com consequências tão profundas para as populações

das freguesias referidas, na qual me incluo eu próprio, sob o ponto de vista da qualidade ambiental, da qualidade de vida e patrimonial.

O membro da AMM



JANICE DUARTE MARCHANTE

30/06/2010

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra

Senhores membros da mesas

Senhores deputados, senhoras deputadas

Senhor presidente da Câmara, senhores vereadores e senhoras vereadoras

Estimado público.

Por proposta do Senhor Presidente, vem hoje esta Assembleia pronunciar-se sobre o relatório 4/2010 do tribunal de contas, relativo à auditoria ao Município de Mafra e às Empresas Municipais MAFRAatlântico e PAVIMafra.

Antes de me debruçar sobre as conclusões desta auditoria, deixem que faça um aparte para dizer que, na nossa opinião, é em plenário da Assembleia que esta discussão e qualquer tomada de posição devem ser feitas e não no sossego discreto da Conferência de Representantes, como foi sugerido pelo Presidente desta Assembleia.

Da leitura do relatório do Tribunal de Contas, várias são as conclusões que se extraem e que, pensamos nós, levantam questões pertinentes e põem em causa a gestão que a Câmara de Mafra faz da coisa pública, e por outro lado deveriam ser motivo de vergonha por parte dos responsáveis políticos pelas mesmas decisões.

É pois muito importante que estas conclusões sejam recordadas para não caírem no esquecimento ou não fiquem detrás de alguma cortina de fumo com que as queiram ocultar.

Vejamos então as conclusões que nos parecem mais pertinentes.

- Demonstrações financeiras da PAVIMafra e da MAFRAatlântico não são fiáveis.
- Em 2006, o município ultrapassou em 91% o limite legal de endividamento médio e longo prazo (cerca de 2 milhões e 900 mil EUR), ficando por alcançar a capacidade de endividamento líquido.
- A escolha da PAVIMafra para a construção da A21 sem adoptar procedimentos pré contratuais e violando a lei da concorrência. Este procedimento seria susceptível de responsabilização legal, mas o procedimento já está prescrito.
- O município pagou ilegalmente indemnizações compensatórias à PAVIMafra. No entanto, a PAVIMafra afirma ter devolvido estas verbas, pelo que não haverá lugar a sanções.
- O Município adjudicou diversas empreitadas à PAVIMafra por ajuste directo e sem submissão ao visto do Tribunal de Contas, incorrendo em diversas ilegalidades sancionáveis.

*le V. Mafra
com 1 voto a favor
e 1 voto a favor
entram 2 PSD, 9 PS
2 CDs 20/06
30/6/2010*

ANEXO SETE

K 6

- O Município forneceu ilegalmente bens e serviços à PAVIMafra, acto sujeito a eventual responsabilização financeira

- A A21, construída pelo Município através da MAFRAatlântico, não pertence à rede viária Municipal, pelo que a sua construção, financiamento e exploração estão fora do âmbito das suas atribuições e em desconformidade com o objecto social da MAFRAatlântico.

- A transferência “para posse e exploração da MAFRAatlântico” de uma estrada municipal não pode ser feita porque carece de enquadramento legal.

- A Câmara de Mafra teve envolvimento injustificado nas expropriações de terrenos levadas a cabo pelo IEP

O Tribunal de Contas faz um conjunto de recomendações que a Câmara já assumiu que vai acatar. O prazo termina em breve, a 3 de Agosto e, até agora pouco ou nada sabemos do que foi feito pela Câmara

No entanto, mesmo que sejam cumpridas todas as recomendações, tal atitude não menoriza o facto de:

- terem sido cometidos um conjunto de ilegalidades no processo da A21

- As relações entre a Câmara e a PAVIMafra incorrerem em diversas ilegalidades.

Estamos pois perante um quadro que mostra bem a forma displicente como a Câmara de Mafra gere a coisa pública e de como as Empresas Municipais, de uma forma geral e estas duas em particular, são feitas à medida de interesses que não são os da autarquia e abrem campo para a falta de transparência.

Haverá quem diga que a população ficou bem servida com este equipamento, mas a verdade é que isso não pode servir de argumento para encobrir ilegalidades.

Se a população ficou bem servida com uma estrada, os seus interesses estão por demais lesados com aquilo que se fez em nome da sua construção. As ilegalidades apontadas e o facto de hoje a referida estrada ter as portagens mais elevadas do país esvaziam os benefícios de tal infraestrutura.

Diz-nos o Tribunal de Contas que parte destas operações não poderão ser sancionadas pois já prescreveram. No entanto, consideramos existir campo para actuação do Ministério Público, a quem o relatório foi remetido e que, esperamos nós, leve à responsabilização judicial dos responsáveis por toda esta situação.

O Bloco de Esquerda propõe o encerramento imediato das Empresas Municipais MAFRAatlântico e PAVIMafra, com salvaguarda do direito dos seus trabalhadores e trabalhadoras, considerando que este relatório elenca argumentos suficientes para tal decisão.



Senhores deputados e senhoras deputadas

Antes de terminar, não quero deixar de recordar que, enquanto eleitos e eleitas da Assembleia Municipal, todos nós podemos ser corresponsabilizados por situações como esta. No caso concreto em análise, é bem provável que os eleitos que votaram as decisões que estamos a analisar venham a sofrer algumas consequências.

Não vale a pena alegar desconhecimento ou boa fé na hora do voto. O Estatuto dos Eleitos locais é bem claro nesta matéria.

É por isso que o Bloco de Esquerda insiste que todas as propostas em análise nesta assembleia sejam enviadas com tempo e acompanhadas de todos os elementos que possam contribuir para a sua análise. Infelizmente não temos essa prática por parte da Câmara Municipal, que opta sempre por enviar a esta assembleia a versão minimal das propostas em prazos insuficientes, certa de que terá sempre o apoio da maioria que a suporta.

Obrigado.

Maфра 30 de Junho de 2010

O eleito do Bloco de Esquerda

Anibal Ferra